

HISTÓRIAS SOBRE PRECONCEITO RACIAL NAS ESCOLAS DE DIAMANTINA (MG)

STORIES ABOUT RACIAL PREJUDICE IN DIAMANTINA'S SCHOOLS

Cristiany Nely Pereira¹
Flávia Gonçalves da Silva²

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo investigar as histórias de preconceito racial que residentes de Diamantina (MG) vivenciaram dentro da escola de educação básica como estudantes, entre as décadas de 1950 a 1980. Esse intervalo de tempo se justifica porque, historicamente, as escolas, inclusive as públicas, eram elitistas possibilitando a inserção de estudantes negros na sala de aula de modo tardio, e expressando dentro dela as concepções e modos de agir que ocorriam fora da instituição escolar, como nos dias atuais. A pesquisa foi orientada teoricamente com uma concepção crítica sobre a constituição do indivíduo e do racismo. A obtenção de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco pessoas que estudaram em escolas do município investigado. Os resultados foram apresentados a partir das seguintes categorias de análise: Desigualdades sociais na/da escola e Preconceito racial na escola. Todos os participantes relataram processos de exclusão escolar em decorrência das desigualdades sociais, inclusive nas diferenças pedagógicas que eram oferecidas às crianças. Quase todos os participantes experienciaram o preconceito racial, mas a maioria compreende que eram “brincadeiras de crianças”, pois, em suas perspectivas, não havia a intenção de preconceito, mesmo quando quem promovia tais brincadeiras eram crianças com pele mais clara. A fuga é uma forma de compreender as vivências de preconceito identificadas nos entrevistados. Essa linha analítica sugere que o sofrimento do preconceito provoca esquecimento, como forma de suportar os impactos físicos e psicológicos gerados por essa experiência. Embora quando crianças, alguns dos entrevistados foram ensinados a ter orgulho da cor da pele e construíram ferramentas de cuidado e proteção de preconceitos, por exemplo, quando chamados de pretos ou negros, mesmo de forma pejorativa, não davam importância, pois esta era de fato a cor de suas peles. Esse sistema, ainda presente no interior da escola, continua ativo e precisa ser questionado.

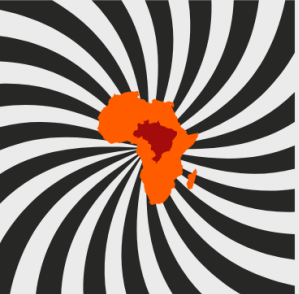
PALAVRAS-CHAVE: Preconceito racial. Escola. Diamantina (MG).

ABSTRACT

This work aimed to investigate the stories of racial prejudice that residents of Diamantina experienced within the basic education system how students, between the 1950s and 1980s. This time interval is justified because historically, schools, including public schools, were elitist, making it possible for black students to enter the classroom late, and expressing within it the conceptions and ways of acting that occurred outside the school institution, as they do today. The research was theoretically oriented around a critical conception of the constitution of the individual and racism. The data was collected through semi-structured interviews with five people who studied in schools in the municipality under investigation. The results were presented from the following categories of analysis: Social inequalities at/from school and Racial prejudice at school. All the participants reported processes of exclusion from school as a result of

¹ Professora da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). Graduada em Bacharel em Educação Física pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Discente de Licenciatura em Educação Física pela UFMG. E-mail: cristianyely@hotmail.com.

² Professora na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Pós-doutorado no Programa de Saúde Coletiva da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Doutora e Mestre em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Graduada em Psicologia pela Unesp. E-mail: flaviagonsalves@yahoo.com.br.



social inequalities, including the pedagogical differences that were offered to the children. Almost all of the participants experienced racial prejudice, but the majority understood that it was 'child's play', because from their perspective, there was no intention of prejudice, even when those who promoted such games were children with lighter skin. Escape is one way of understanding the experiences of prejudice identified in the interviewees. This line of analysis suggests that the suffering of prejudice causes forgetfulness, as a way of enduring the physical and psychological impacts generated by this experience. Although, as children, some of the interviewees were taught to be proud of their skin colour, and built tools to protect themselves from prejudice, for example when they were called black or negro, even in a pejorative way, they didn't take any notice, as this was in fact the colour of their skin, this system, which is still present within the school, is still active and needs to be questioned.

KEYWORDS: Racial prejudice. School. Diamantina/MG.

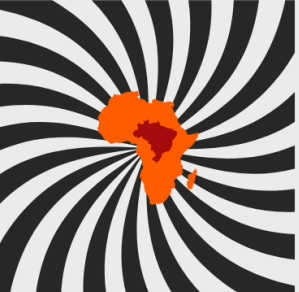
1 INTRODUÇÃO

Parte da população brasileira ainda acredita não existir preconceitos raciais no nosso país, e que negros e brancos vivem sem barreiras, sem diferenças, com os mesmos direitos e deveres não apenas garantidos na Constituição, mas também nas práticas cotidianas. No entanto, a realidade é muito diferente. O preconceito racial também sustenta as desigualdades sociais e é evidenciado em diferentes contextos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 2020, os estudantes negros e indígenas representavam o triplo de estudantes sem escola: 4,3 milhões de crianças e adolescentes negros, enquanto 1,5 milhão de estudantes eram brancos.

Ainda de acordo com o IBGE (2023), as maiores taxas de analfabetismo, rendimentos baixos na escola e acesso reduzido à educação são encontrados entre os estudantes negros. Em pesquisa feita por Neri e Osório (2022), em 2020, a evasão de estudantes entre 5 a 9 anos foi de 5,5%; para as crianças de 5 anos, a evasão foi de 22,4% durante a pandemia. As principais causas da evasão foram dificuldade no acesso ao ensino remoto e problemas financeiros, que atingiram principalmente os estudantes das classes D e E. Sabe-se que a maior parte da população que compõe essas classes é de pessoas negras. Logo, essa população foi a que mais sofreu com as consequências da pandemia no processo de escolarização.

No entanto, a história de exclusão dos negros e seus descendentes é de longa data. Além dos problemas de acesso à educação em decorrência da baixa renda, o preconceito racial também é um dos responsáveis pela evasão escolar e dificuldades no processo de escolarização.

A expressão do preconceito racial vem de longa data nas escolas, igrejas, famílias e demais esferas sociais. Assim, é importante estudar a vivência do preconceito experienciada também em décadas passadas, inclusive no ambiente escolar, pois possibilita ampliar o conhecimento sobre o



tema, além de ser trabalhado na escola de diferentes formas. Quem foi vítima de preconceito pode ensinar e contribuir para a ampliação desse tipo de conhecimento.

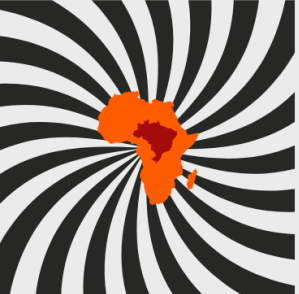
A partir de tais considerações, o objetivo deste trabalho foi investigar as histórias de preconceito racial que residentes da cidade de Diamantina vivenciaram dentro da escola enquanto estudantes, entre as décadas de 1950 a 1980. Esse intervalo de tempo se justifica porque, historicamente, as escolas, inclusive as públicas, eram elitistas, possibilitando a inserção de estudantes negros na sala de aula de modo tardio, e expressando dentro dela as concepções e modos de agir que ocorriam fora da instituição escolar, assim como nos dias atuais. Logo, a expressão do preconceito também ocorreu dentro dos muros escolares. Há que considerar que a política educacional nas décadas investigadas eram outras, especialmente em relação à ausência do Estado em garantir educação para todos, que se efetivou legalmente a partir da Constituição Federal promulgada em 1988, quando passou a ser seu dever. Entende-se que esse aspecto também foi determinante para as vivências escolares de negros.

2 PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA

O Brasil é um país em que grande parte de descendentes de escravizados, após a abolição, enfrentou diversos desafios, como ausência de trabalho, moradia, escola, entre outros. Durante um longo período do século XX, as escolas continuaram elitistas, não permitindo que os negros frequentassem seus espaços. Um dos primeiros relatos de alfabetização de negros no Brasil foi a escola do Professor Antônio Cesarino, localizada em Campinas, no interior de São Paulo, que funcionou de 1860 a 1876. A escola era para meninas brancas, mas Cesarino ensinava gratuitamente para moças negras no período noturno (Santos; Oliveira; Oliveira; Gimenes, 2013).

Outras escolas são apenas citadas em alguns trabalhos, a exemplo da Escola Primária no Clube Negro Flor de Maio de São Carlos (SP), a Escola de Ferroviários de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e a promoção de cursos de alfabetização, de curso primário regular e de um curso preparatório para o ginásio criado pela Frente Negra Brasileira, em São Paulo (Pinto, 1993; Cunha Jr. 1996; Barbosa, 1997 *apud* Cruz, 2005, p. 28).

A luta pelo direito à educação das crianças negras no Brasil ganhou força com o Movimento Negro Unificado (MNU), no ano de 1978, devido à morte do feirante Robson Silveira da Luz, assassinado brutalmente apenas por ser negro. Isso fez com que negros saíssem para as ruas em protesto, nascendo assim o MNU, que foi de extrema importância para as mudanças políticas que



aconteceram a partir daquele ano (Gomes, 2012). O MNU retrata uma longa luta em favor dos negros no Brasil, “é possível definir o Movimento Negro como a luta da comunidade negra pela efetivação de seus direitos, contra a discriminação e a segregação racial, econômica e cultural resultantes da formação social e econômica da sociedade ocidental” (Jorge; Beserra; Moura, 2016, p. 2).

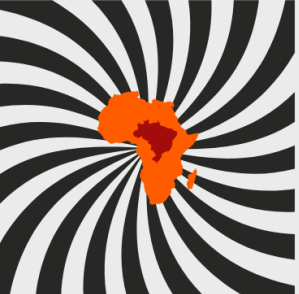
Apesar da educação ter sido garantida como direito em constituições anteriores, é na carta magna de 1988 que ela passa a ser entendida como dever do Estado. Além disso, o artigo 206 prevê condições de oferta de tal modo que todos tenham preservados o direito à educação.

Em 13 de maio de 1996, foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), que tem como intuito desenvolver estratégias de combate à desigualdade. O, então, presidente Fernando Henrique Cardoso decreta, no ano de 2001, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI). O GTI tem como objetivo a criação de grupos de trabalho compostos por membros MNU que visavam acompanhar a formulação e a implantação dessas políticas (Lima, 2010). É somente no ano de 2003 que se estabelece nas leis de diretrizes e bases da educação nacional, a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Apesar da importância dessas legislações, o acesso e permanência na escola ainda é um desafio para muitos brasileiros negros, conforme foi apresentado na introdução. Ressalta-se que, para as crianças negras, a escola pode ser o primeiro lugar onde sofrerá o preconceito. E mesmo com o avanço na legislação, como a apontada por Costa (2017), o preconceito racial ainda é recorrente nas escolas.

Menezes (2002) explica que muitas vezes as crianças negras incorporam os discursos discriminatórios, que influencia no desenvolvimento de sua identidade, pois criam um sentimento de inferioridade e desvalorização em relação ao branco. Por estarem em fase peculiar de formação cognitiva, emocional e social, as crianças tendem a incorporar mais facilmente e passivamente tais valores, pois ainda não têm a capacidade de uma consciência crítica. Segundo Cavalleiro (2005), no decorrer da história, classificou-se a pessoa negra como pertencente a uma raça inferior moral e intelectualmente, e que, portanto, deveria ser subjugada pelos brancos.

Nem sempre essas discriminações são explícitas, às vezes são veladas, feitas como forma de brincadeiras/piadas, mas que afetam a autoestima dos estudantes. Para evitar e combater o preconceito racial, é importante saber o que ele é.



O preconceito racial é um julgamento negativo, uma atitude de distinção, exclusão, devido à aparência, descendência, traços físicos, características, gestos, sotaque das pessoas. Para Nogueira (2007),

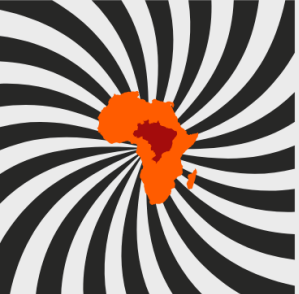
o preconceito racial é uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece (Nogueira, 2007, p. 6).

Para Crochík (1996), o preconceito é dado pelas características e comportamentos dos indivíduos, são realizados individualmente ou de forma coletiva a partir da apropriação de algumas representações culturais. Para o autor, as características são generalizadas para todos que as tem, e são valorizadas de forma negativa, promovendo uma percepção distorcida da realidade a partir das circunstâncias históricas que envolvem o objeto do preconceito. Por isso, o preconceito não é racionalizável, nem mesmo quando a experiência empírica mostra o contrário. Para Crochík (1996), o estereótipo é o conteúdo do preconceito, que passa por um estranhamento ou hostilidade do indivíduo preconceituoso.

O preconceito racial se manifesta em diferentes espaços sociais, e na escola não é diferente. Esse preconceito vivenciado na escola contribuiu com a efetivação de exclusões, afetando a constituição de muitos estudantes que hoje são adultos ou idosos. Por isso, é importante conhecer a história destes que há muito saíram dos bancos escolares, mas que ainda podem ter em sua memória o registro de vivências de preconceito racial que aconteceu há várias décadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foi utilizada a entrevista semiestruturada em uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa busca compreender a forma como o participante da pesquisa compreende determinado fato/fenômeno da realidade. O intervalo de tempo para frequentar a escola no equivalente a educação básica de hoje – 1950 e 1980 – foi definido tendo em vista as políticas educacionais da época, que apesar de prever o direito à educação para todos os brasileiros, não era dever do Estado garantir a efetivação dele. Além disso, o acesso dos negros à escola ocorreu de modo tardio e, neste trabalho, havia a hipótese de que aqueles que ingressaram foram vítimas de preconceito.



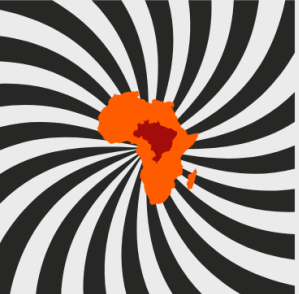
A pesquisa foi realizada na cidade de Diamantina (MG), que surgiu aproximadamente em 1722, tendo o primeiro nome de Arraial do Tejuco. A cidade foi consagrada na história do Brasil a partir do século XVIII quando se tornou o principal centro de extração de diamantes, dependendo do trabalho de pessoas escravizadas. Mesmo após a Lei Áurea, a mineração continuou movimentando a economia do município de forma significativa até a década de 1980, por meio do garimpo. O declínio da mineração afetou a economia da cidade; como estratégia para manter-se, passou a valorizar o turismo. Como Diamantina ainda apresentava suas características originais preservadas – os casarões e igrejas mantinham quase todas suas características originais de mais de 200 anos, sendo testemunhas da ascensão e queda da exploração dos diamantes – conseguiu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade em 1999, aumentando o fluxo turístico em todo o município e região desde então (Borsagli; Medeiros, 2011).

Segundo o Atlas Brasil (2017), um pouco mais de 73% da população do município é negra, provavelmente em decorrência de sua história marcada pelo trabalho escravo e pelo garimpo. E essa característica da cidade foi um dos aspectos motivadores desta pesquisa.

Participaram da pesquisa, cinco pessoas, definidas a partir dos critérios de inclusão: ter frequentado a escola entre as décadas de 1950 a 1980 em Diamantina (não era necessário ter concluído nenhum nível educacional); se declarar negro ou descendente; ter disponibilidade para participar da pesquisa; e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os participantes foram encontrados por meio de indicação de pessoas que tinham maior conhecimento sobre a população residente em seu entorno, como proprietários de estabelecimentos comerciais. Após a indicação de pessoas que se adequaram aos critérios de inclusão, as pesquisadoras entraram em contato com os possíveis participantes para apresentar os objetivos da pesquisa, os procedimentos que seriam adotados e convidá-los para participar.

O roteiro da entrevista semiestruturada contou com perguntas de caracterização pessoal (idade, estado civil, com quem reside, se tem filhos) e de vivência escolar (descrever as vivências escolares, como foi o processo de escolarização, relação com os colegas e professores, vivência de preconceito). As entrevistas foram gravadas e transcritas; após a análise de dados as gravações foram destruídas.

As categorias de análise foram: desigualdades sociais na/da escola e preconceito racial na escola, elaboradas após as entrevistas. Os resultados foram analisados a partir da revisão de literatura. Por ter sido uma pesquisa qualitativa, trabalhou-se com um menor número de participantes, logo, não é possível fazer generalização sobre as vivências dos preconceitos de todos



os negros e negras que foram para a escola entre as décadas estudadas. No entanto, elas revelam indícios de uma realidade particular, que indica o movimento do contexto mais amplo no período histórico que os participantes da pesquisa estudaram. Vale destacar que a pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética de pesquisa da UFVJM número 6.009.382.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta sessão inicia-se com uma breve descrição dos participantes, que serão referenciados com nomes fictícios: Orquídea, Margarida, Tulipa e Rosa, que são mulheres e Girassol é homem.

Orquídea tinha oitenta e nove anos no ano que a pesquisa foi realizada (2023), nasceu e viveu em Diamantina. Quando criança morava com a avó, mas sempre ia para a casa da mãe, pois não queria deixar nenhuma das duas sozinhas. No momento em que a pesquisa foi realizada, ela morava sozinha na mesma casa onde residia quando era criança. A sobrinha, que tem uma casa nos fundos, ajudava nos cuidados cotidianos de Orquídea. Orquídea trabalhou como vendedora.

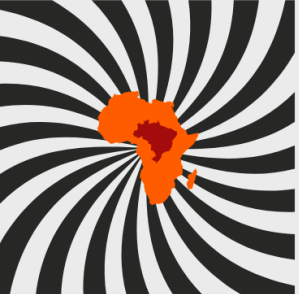
Margarida tinha sessenta e dois anos, nasceu e viveu em Diamantina e era sobrinha de Orquídea. Quando era criança, morava com os pais e irmãos; concluiu todos os estudos em escola pública em Diamantina. Na ocasião da entrevista, era professora aposentada, com formação em Pedagogia.

Tulipa tinha quarenta e seis anos, residente da cidade de Diamantina. Quando era criança, morava com os pais e os irmãos. No momento da pesquisa, morava com o filho e era balconista. Era formada em Pedagogia.

Girassol, o único homem participante da pesquisa, tinha sessenta e oito anos, residente da cidade de Diamantina. Tinha sete irmãos e todos estudaram em escolas públicas em Diamantina. Na ocasião da pesquisa, era professor aposentado com formação em Educação Física; não era casado e não tinha filhos.

Rosa tinha cinquenta anos, nasceu e viveu em Diamantina, mas quando criança, foi morar em um dos distritos do município com uma tia; depois de alguns anos, voltou a morar com os pais e os irmãos na cidade sede. No momento em que concedeu a entrevista, era artesã, casada e tinha dois filhos.

Após essa breve caracterização dos participantes da pesquisa, os resultados serão apresentados a partir das seguintes categorias de análise: Desigualdades sociais na/da escola e Preconceito Racial na escola.



4.1 DESIGUALDADES SOCIAIS NA/DA ESCOLA

Esta categoria foi elaborada tendo em vista que boa parte dos participantes da pesquisa ressaltaram que, dentro das escolas, as diferenças e vivências de preconceito eram permeadas pelas desigualdades sociais entre os estudantes. Tulipa relata que:

Se um pai tinha uma condição de melhor, então, aquele menino era tratado melhor do que o outro, que o pai às vezes não tinha a mesma condição financeira. Tratado pela escola, pelos professores. Então, às vezes nem tinha o mesmo rendimento que um mais pobre, mas ficava na melhor turma, em todas as festas participavam e sempre eram os escolhidos (Tulipa).

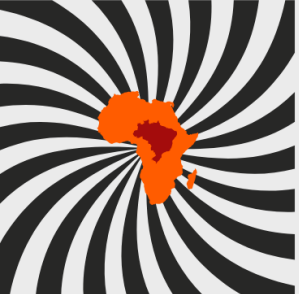
Tulipa ainda traz as vivências da infância, destacando que as desigualdades sociais promoviam situações de exclusão e preconceito:

Acho que a pobreza tinha cheiro. Eu não sei explicar. Pra maioria das pessoas, pobre tem cheiro. Tem um cheiro diferente. Não sei como explicar. E por ser negros ainda, né? Então, a gente sempre sofreu preconceito e isso durante muito tempo mexeu muito com a minha autoestima, sabe? Eu sempre achava que tudo que sobrasse pra mim estava bom. Que eu nunca merecia uma coisa melhor, sabe? (Tulipa).

Tulipa contou sobre uma fase difícil que aconteceu durante sua adolescência, ela foi acusada de roubo de dinheiro de uma colega, por ter ficado sozinha na sala de aula. Mesmo a professora levando-a para o banheiro, a ter revistado e o seu material e não ter encontrado o dinheiro, continuou a ser vista como ladra pelos colegas.

A participante ainda destaca o quanto isso e as demais experiências permeadas pelo preconceito afetou de modo negativo a sua autoestima, interferindo em todo o seu desenvolvimento:

Isso mexeu comigo durante muito tempo. A minha adolescência e o início da minha juventude, né? Então mexeu muito comigo assim, e me fez ficar com uma autoestima baixa. Durante muito tempo, essa questão do meu preconceito mexeu com meu psicológico. Eu não tinha com outra pessoa assim, eu não tinha uma aceitação da minha aparência física, dos meus lábios grossos, meu nariz esborrachado, da minha pele negra, do meu cabelo crespo. Eu não gostava, então tem pouco tempo, acho que uns cinco anos mais ou menos, que eu fui radical, cortei meu cabelo todo, que era progressiva pura, eu fui cortei todo (Tulipa).



A mudança na forma de se compreender e valorizar suas características físicas aconteceu após assistir uma palestra na universidade que abordava o tema do racismo. Isso a fez refletir sobre si e ocasionou a mudança de atitude e consciência. Antes dessa mudança, se questionava sobre a ausência de aceitação de si, mesmo quando combatia as situações de preconceito racial que vivenciava e afirmava que as pessoas eram preconceituosas. No entanto, ainda assim, ficava presa aos padrões estéticos que negavam as características de sua raça.

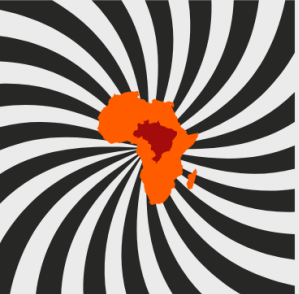
O relato de Tulipa evidencia todo o sofrimento que ela vivenciou por ser negra e pobre, e o quanto isso determinou as formas dela lidar com o mundo e consigo mesma, permeada por sofrimento e negação de suas próprias características físicas. Ressalta-se que além disso acontecer com muitos negros e negras, é fato que eles têm poucas oportunidades, inclusive dentro da escola, e o quanto ela reproduz e intensifica o processo de discriminação e exclusão.

Apesar de todo o sofrimento e discriminação vivenciada pelos negros e pobres em Diamantina, as contradições constituem a realidade e devem ser consideradas.

Anos antes de Tulipa ir à escola na década de 1980 e 1990, Orquídea, entre 1940 e 1950, estudou na escola da senhora Mercês de Abreu, uma mulher negra que dava aula do primeiro ao quarto ano, dentro da própria casa. A professora Mercês de Abreu era tão conceituada que seus estudantes podiam fazer o exame de admissão para continuar os estudos no que hoje é o equivalente ao ensino fundamental II. Orquídea conta que foi uma época bem gostosa, pois a professora era muito carinhosa e inteligente, sempre buscando formas de incluir todos e ensinar de forma prazerosa.

Maria Mercês de Abreu, conhecida como Mercês Abreu, deu aula particular em sua própria casa por 47 anos. Era conhecida pela sua habilidade em alfabetização, e é lembrada com carinho e respeito pela sua ex-aluna Orquídea. A escola de Mercês de Abreu era conhecida como Dom João (Marconi) e, por ser particular, nem todas as crianças tinham condições de estudar nela. Orquídea relata que, na sua sala, a única criança negra era ela.

Segundo Girassol, apesar de todas as escolas na época serem públicas (exceto a escola de Mercês de Abreu), havia aquelas que eram destinadas predominantemente para as famílias de maior poder aquisitivo, e cita duas que, na época, eram consideradas as melhores da cidade. Importante destacar que essas duas escolas ainda existem e uma delas continua com a avaliação de melhor escola pública de Ensino Fundamental I na cidade, segundo Girassol. O critério para entrar nessas escolas era indicação política. Segundo Girassol, dentro da escola, ele não identificava as diferenças sociais sendo tratadas de forma discriminatória. Havia a separação entre turmas em relação ao



rendimento escolar (o entrevistado não se recorda se os estudantes com menor rendimento eram negros); e conta a obrigatoriedade do uso do uniforme, que, para ele, fazia com que todos ficassem iguais em relação à vestimenta, independente das condições financeiras. Aqueles que não tinham condições de comprar o uniforme o recebiam por meio de doação, segundo Girassol.

As desigualdades eram evidenciadas no momento do lanche, pois a merenda escolar era dada apenas para aqueles que tinham menor condição socioeconômica, os demais levavam lanche de casa. Tulipa conta que, durante o lanche, olhava os colegas comerem maçãs, biscoito recheados, tal como via nas propagandas da televisão, mas ela e outras crianças pobres e negras não tinham condições de comprar. Também narra que as crianças negras e pobres eram excluídas ou as últimas a serem escolhidas nas atividades festivas das escolas, a preferência era pelas crianças consideradas mais bonitas, que eram brancas e de maior poder aquisitivo. “As duas coisas falavam mais alto, logo, se você era preto, você era pobre. E preto e pobre na sociedade não tinha vez” (Tulipa).

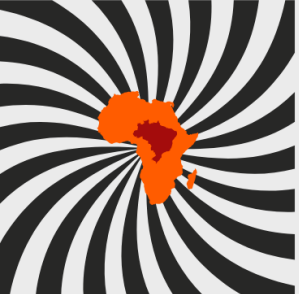
4.2 PRECONCEITO RACIAL NA ESCOLA

Essa categoria revela as formas de preconceito vivenciadas pelos participantes da pesquisa dentro das escolas. Ela foi subdividida em duas, uma denominada de “Brincadeiras de crianças” e outra “Desconfiança”. A primeira subcategoria evidencia os preconceitos experienciados pelos participantes, mas, nas perspectivas deles, não havia a intenção daqueles que o promoviam de ser preconceituosos. A segunda subcategoria revela os preconceitos vivenciados pelos participantes e entendidos como tal.

Sobre as Brincadeiras de crianças, apesar de vários dos participantes sofrerem preconceito racial enquanto eram crianças, por meio de brincadeiras e apelidos, eles entendem que eram brincadeiras de crianças típicas de uma época. Quando foi perguntado para Margarida se ela já sofreu ou viu alguém sendo vítima de preconceito racial na escola enquanto era estudante, sua resposta foi:

Na minha época não tinha essa, esse mimimi igual agora. Assim, o preconceito sempre teve, mas, a gente tirava de letras. Nunca teve esse, essa questão de ficar melíndrando porque é negro ou porque alguém te chamou de negro (Margarida).

Quando foi perguntado se poderia relatar algum preconceito racial que ela vivenciou, a resposta foi:



Na época, negra de cabelo duro, cabelo de Bombril, essas coisas que tinha de criança. Mas a gente levava numa boa. Agora, por exemplo, é pra usar o preconceito do negro, mas os brancos também sofreram. Que era macarrão de Santa Casa, não é só do negro (Margarida).

Nessa mesma perspectiva, Girassol relata que ainda hoje tem pessoas que tem apelidos como Nego, Preto e exemplifica um garçom, amigo dele que trabalha em um estabelecimento comercial, que tem esse apelido e prefere ser chamado por ele.

Assim como Girassol e Margarida, Rosa também relata que chamar Negão, Preto era brincadeira. Entende que quando as crianças chamavam umas às outras desta forma não havia maldade. “Tanto que os meninos brincavam com as meninas, hoje não podem. Porque tudo vira abuso. Mas só que tem que a gente brincava com respeito” (Rosa).

Apesar dessa afirmação, ao ser questionada se vivenciou preconceito, Rosa afirma que sim, mas “era mais inocente. Ninguém punha maldade em grandes coisas, não, apesar que as brincadeiras, algumas delas expressavam preconceito” (Rosa). Ela cita, como exemplo, uma das brincadeiras que alguns colegas falavam o seu nome e sobrenome e seguia com rima:

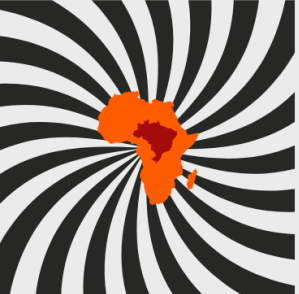
“Toda sexta-feira. Vai no cemitério comer caveira”. E eu nem podia contar isso a minha mãe, porque ela ainda ia me xingar. Hoje, eu fico pensando: gente, como eu deixei eles fazer tanta hora com a minha cara? (Rosa).

E Rosa afirma que ela não era a única a ser o foco destas brincadeiras:

Não era só eu. Tinha mais gente que acontecia essas brincadeiras, acabei deixando pra um lado, mas sempre teve. Esses preconceitos a gente é que ignorava mesmo e as professoras também, que talvez até pra não tiver inimizade né? (Rosa).

Apesar de relatar que as professoras chamavam a atenção das crianças e exaltar a autoridade que elas tinham na época, Rosa afirma que dependia delas avaliarem até que ponto eram brincadeiras ou não, e, geralmente, as docentes compreendiam como brincadeiras. E revela que, ao demonstrar que se incomodavam com os apelidos ou as “brincadeiras”, eles poderiam aumentar.

Nessa mesma perspectiva, apesar de Margarida também ressaltar que dar apelidos ou fazer brincadeiras a partir de características físicas eram brincadeiras, afirma que “na época, pra gente, era normal, era negra mesmo. Então, acho que preconceito seria chamar a gente de branco, né? Porque aí que tava ofendendo [...]” (Margarida).



Também relata que sua avó a ensinou a não se incomodar com isso, pois de fato ela era negra e deveria ter orgulho de sua cor. Segundo Tulipa,

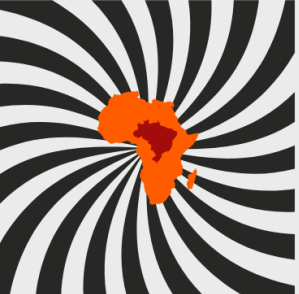
na maioria das vezes o preconceito é como uma brincadeirinha, né? Mas essa brincadeirinha costuma ofender muito as pessoas. Eu aprendi a conviver com o preconceito. A não dá muita importância aos preconceitos, mas a gente sofre porque até hoje a gente sofre. E por incrível que pareça a violência racial em vez dela diminuir, em minha opinião ela vem aumentando (Tulipa).

As falas dos participantes revelam o quanto o preconceito sempre esteve presente na nossa sociedade, mesmo que camuflado em supostas brincadeiras e apelidos sem “qualquer maldade”. E essa ideia foi, mesmo que parcialmente, apropriada pelos participantes ao entender que eram brincadeiras, mesmo que fossem feitas por aqueles que tinham cor de pele mais clara que as suas. Com o decorrer das entrevistas, percebeu-se em algumas falas, como de Margarida e Rosa, que mesmo com o entendimento de ser brincadeiras, compreender dessa forma é uma maneira de minimizar o sofrimento ocasionado por elas, ensinados pela mãe e avó como forma de ter orgulho da cor da pele.

Assim como Vaz; Matias; Maia; Zamora (2019) identificaram em suas pesquisas a expressão de amor e cuidado das mães ao alisar os cabelos das filhas para irem à escola e não serem vítimas de preconceito, as cuidadoras de algumas das participantes as ensinaram a ter orgulho da cor da pele, mesmo quando esta era ressaltada por outra pessoa, de pele mais clara, de forma estereotipada e pejorativa.

Considera-se que ao compreender as expressões de preconceito racial vivenciados quando eram crianças como brincadeiras, pode também ser um mecanismo de defesa dos participantes frente ao preconceito vivenciado. Acreditando que era brincadeira de criança, também se entende na pesquisa que a escola e as professoras tiveram um papel importante em manter as expressões de preconceito, quando poderia ajudar a combatê-las.

No atual contexto, com maior visibilidade e conhecimento sobre as diferentes formas de preconceito, o professor deve estar bem instruído e ter a sensibilidade para dar apoio aos alunos vítimas de preconceito e, ao mesmo tempo, perceber de onde ele está vindo e intervir, trabalhando pedagogicamente a questão do respeito e da diversidade, pois a escola é um espaço de aquisição de conhecimento e formação humana. Na época em que os participantes da pesquisa estavam na escola, tais conhecimentos não eram comuns, o que fazia com que professores fossem coniventes com situações preconceituosas, especialmente as “mais veladas”, quando não expressavam seus



próprios preconceitos, como Tulipa relatou, além das vítimas às vezes também não terem esse entendimento, mas sofriam por sentirem-se excluídas e diminuídas.

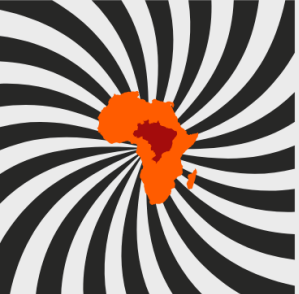
A segunda subcategoria sobre Preconceito racial na escola revela os preconceitos vivenciados pelos participantes da pesquisa e compreendidos por eles como tal, que foi denominado de Desconfiança. Orquídea relatou que já sofreu preconceito racial na escola, mas nunca deu importância.

A minha mãe sempre me ensinou a não ligar. E eu nunca liguei. Eu sou igual àquele jogador de futebol. Jogaram banana, ele era preto, ele descascou a banana e comeu. Eu nunca liguei. Nunca, do fundo do meu coração. Podia chamar do que chamasse, eu não ligava não. Mas, eles chamavam, sempre teve isso. Desde o meu tempo, agora também ainda tem, mas eu nunca liguei. (Orquídea).

Apesar do conteúdo do relato acima de vivência do preconceito ser semelhantes às chamadas “brincadeiras”, algumas formas de evidenciá-las causaram mais sofrimento que outras. Na escola, o conteúdo mais recorrente em relação ao preconceito racial está relacionado às características do cabelo. Girassol relata a experiência das irmãs que alisavam o cabelo, como forma de se aproximar da estética considerada bela, tal como Vaz; Matias; Maia; Zamora (2019) identificaram em tempos mais atuais. No caso dos meninos, o tipo de cabelo não era motivo para expressões de preconceito já que todos, independentemente da cor da pele, usavam cabelos muito curtos, segundo Girassol. Rosa também relata que o tipo de cabelo crespo entendido como feio é uma forma de preconceito racial e relata que não consegue deixar o cabelo crescer e tem que escová-los todos os fins de semana, pois se sente melhor estando com os cabelos escorridos, tal como apontam os estudos de Vaz; Matias; Maia; Zamora (2019).

Tulipa relata que sofria preconceito racial por parte dos adultos, especialmente dos professores. Ela narra que uma vez foi acusada de roubar uma pasta de uma colega, somente porque ela era de boa qualidade e a professora acreditava que a família dela não tinha condições para ter bons materiais.

Importante destacar que Tulipa foi acusada de roubo dentro da escola, quando era adolescente, que foi descrito na categoria Desigualdade Social na/da escola. Apesar da participante destacar que essa situação foi motivada por ser pobre (e por isso foi descrito naquela categoria), ela também apontou que o fato de ser negra também foi outro motivo de desconfiarem dela. A participante também narra que teve dificuldades em algumas situações na escola, mas por ser negra, entendia que elas eram naturais.



Tulipa também relata uma história que aconteceu com seu filho durante a primeira década do século XXI, que após ver uma propaganda na televisão de sabão em pó, pediu que a mãe o comprasse para ele tomar banho, justificando,

que na minha sala tem um coleguinha que ele não brinca comigo, ele não senta comigo, ele não conversa comigo, porque eu sou preto. E se eu tomar banho com esse sabão, vou ficar branco (Tulipa).

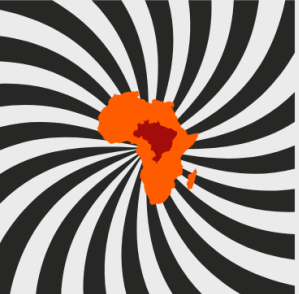
Como citado nos estudos de Neri e Osório (2022), situações como essa promovem a evasão escolar, e a maior porcentagem é entre os alunos negros. Vaz Vaz; Matias; Maia; Zamora (2019) destacam que:

Além da evasão uma outra consequência do racismo dentro do contexto escolar é o suicídio. Segundo a cartilha Óbitos por Suicídio entre Adolescentes e Jovens Negros, lançada em 2018, os jovens negros são os mais vulneráveis ao suicídio, por conta de questões como discriminação racial e o racismo institucional. A junção desses dois temas tabu – o suicídio e o racismo – geram uma obliteração na questão, dificultando – ou praticamente impossibilitando – um trabalho preventivo (Vaz; Matias; Maia; Zamora, 2019, p. 7).

Apesar dos relatos dos participantes se referirem eminentemente até a primeira metade da década de 1980, Tulipa conta um caso de vivência de preconceito racial vivenciado pelo filho no início dos anos 2000, o que revela, assim como a literatura, sobre o tema, que o racismo se faz presente na escola, seja de forma velada como na adequação aos padrões estéticos do homem e da mulher branca, ou de forma explícita, com violências físicas, verbais e exclusão dentro da escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos resultados encontrados, percebemos o quanto o preconceito racial está enraizado no cotidiano escolar há muitas décadas, e ainda é negligenciado pela comunidade escolar. Sobre às vivências de preconceito dentro da escola, quase todos os participantes experienciaram, mas a maioria compreende parte delas que eram “brincadeiras de crianças”, pois, em suas perspectivas, não havia a intenção de ser preconceituoso, mesmo quando quem promovia tais brincadeiras eram crianças com pele mais clara. Tais formas de compreender as vivências de preconceito sugere que é uma forma de enfrentar o sofrimento que provocaram, pois quando crianças, alguns foram ensinados a ter orgulho da cor da pele, e quando chamados de pretos ou



negros, mesmo de forma pejorativa, não deveriam dar importância, pois essa era a cor de suas peles.

Importante destacar as contradições que constituem a realidade, pois no mesmo período em que as vivências de preconceitos ocorreram para parte dos participantes da pesquisa residentes de Diamantina, a cidade contava com uma professora negra, que tinha a própria escola e que era referência na qualidade de ensino no que hoje corresponde a primeira etapa do ensino fundamental.

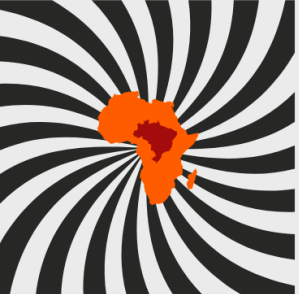
O preconceito racial traz consequências para a saúde dos estudantes e determina a forma como a pessoa se percebe no mundo. Tentar mudar ou camuflar algumas características físicas como o cabelo, a cor da pele e traços do rosto são situações que revelam o processo de negação de si e de tentativa de adequação aos padrões estéticos e culturais aceitos e valorizados na sociedade, que se referem a pessoa com pele clara.

Por ter sido uma pesquisa qualitativa, trabalhou com um menor número de participantes, logo, não é possível fazer uma generalização sobre as vivências dos preconceitos de todos os negros e negras que foram para a escola entre as décadas de 1950 a 1980. No entanto, a pesquisa indica o movimento da realidade em um momento histórico específico.

São necessários mais trabalhos que abordem sobre o preconceito racial dentro da escola em diferentes momentos históricos, para conhecer as especificidades destas experiências, como estas constituíram subjetividades e modos de ser no mundo. Ao mesmo tempo, é importante que a educação em geral conheça sua história, como ela promoveu (e promove) discriminação e preconceito racial dentro das escolas para buscarem ferramentas para ensinar os alunos sobre as raças e as diferenças, e estejam atentas para perceberem o preconceito que se manifesta tanto de forma explícita como velada. Apesar deste conhecimento não ser o único que vai resolver o problema, pois há atrelado ao preconceito racial, as desigualdades sociais que fazem com que boa parte dos negros façam parte da população mais desfavorecida economicamente, ele é imprescindível para que as resistências ao preconceito e sua superação sejam alcançados.

REFERÊNCIAS

BORSAGLI, Alessandro; MEDEIROS, Fernanda Guerra Lima. História Econômica da Cidade de Diamantina/MG. In: IX Congresso Brasileiro De História Econômica e 10º Conferência Internacional De História De Empresas. **Anais**. IX Congresso Brasileiro de História Econômica. Curitiba: Abphe, 2011. Disponível em: <https://abphe.org.br/arquivos/alessandro-borsagli-fernanda-guerra-lima-medeiros.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2022.



BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (Pnad Contínua). Rio de Janeiro, 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (Pnad Contínua). Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. PNUD, Ipea e FJP. **Perfil Diamantina/MG**. 2017. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/312160> Acesso em: 12 set. 2024.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. *In: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização E Diversidade (SECAD). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n 10. 639/03. UNESCO, 2005.*

COSTA, Warley da. O Racismo e a Reconfiguração Narrativa Do Conhecimento Histórico Escolar. *In: XXIX SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL. Contra os preconceitos: história de democracia. 2017. Brasília. Anais. Brasília. 2017. p. 1-11.*

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a escolarização dos negros. *In: JERUSE, Romão (org.). História da Educação dos negros e outras Histórias. Brasília, MEC/SECAD, 2005. p. 1-28.*

CROCHÍK, José Leon. Preconceito, Indivíduo e Cultura. **Temas de psicologia**. Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: Resignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

JORGE, Diego da Silva; BESERRA, Maria Ruth Borges; MOURA, Tânia Fátima. Movimento negro: a atuação política do movimento como fator de conversão de suas demandas em políticas públicas. **Caderno virtual**, v. 1, n. 32, p. 1-18, 2016.

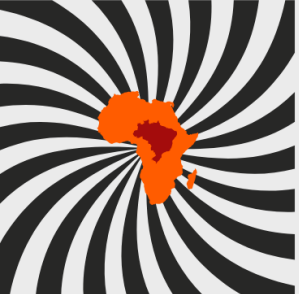
LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos estudos CEBRAP**, online, n. 87, p. 77-95, 2010.

MENEZES, Waléria. O preconceito racial e suas repercussões na instituição escolar. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 19, n. 1, p. 95-106, 2002.

NERI, Marcelo Côrtes; OSORIO, Manuel Camillo. **Retorno para a escola, jornada e pandemia**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social** [online]. 2007, v. 19, n. 1, p. 287-308.

PROFESSORA Mercês de Abreu: uma verdadeira lição de vida. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (17 min). Publicado pelo canal Paulo Marconi. Disponível em:



https://www.youtube.com/watch?v=hJ7Zmjaqa6s&ab_channel=PauloMarconi%28Guitarsauro%29 Acesso em 13 set. 2024.

SANTOS, Anderson Oramisio; OLIVEIRA, Camila Rezende; Oliveira, Guilherme Santiago de; GIMENES, Olíria Mendes. A história da educação de negros no Brasil e o pensamento educacional de professores negros no século XIX. *In: XI Congresso Nacional de educação EDUCERE*. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2013.

VAZ, Cláudia Freire; MATIAS, Rafaela Cristina Carneiro; MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena. Reflexões contemporâneas sobre o racismo no ambiente escolar brasileiro. *Psicologia & Educação*, v. 2, n. 2, p. 1-7, 2019.

Enviado em: 13/09/2024

Aceito em: 02/12/2024